

Percepção de jornalistas homens e mulheres que atuam nos Institutos Federais brasileiros

Desafios e dificuldades do ser mulher jornalista

ANA MARIA TELES

*Programa de Pós-graduação em Comunicação
Universidade de Brasília (UnB)
Instituto Federal Minas Gerais (IFMG)
aninhateles11@yahoo.com.br
ORCID: 0000-0003-0354-2537*

DIONE OLIVEIRA MOURA

*Programa de Pós-graduação em Comunicação
Universidade de Brasília (UnB)
dioneoliveiramoura@gmail.com
ORCID: 0000-0003-2857-3284*



jornalismo é uma profissão intrinsecamente ligada à sociedade e dependente da realidade em constante transformação. A produção jornalística resulta das influências e interações que os jornalistas estabelecem com a sociedade, tornando-se um instrumento de construção de sentido da realidade. A profissão de jornalista se consolidou com base em princípios e valores, onde o conhecimento especializado é utilizado na solução de problemas. A profissão busca confiabilidade, identificação e prestígio, assumindo um compromisso constante com o interesse público.

O jornalismo é uma arena de disputa de ideias, capaz de influenciar a sociedade e reproduzir ou questionar a visão de mundo dominante. No contexto do Brasil, assim como no internacional, o jornalismo convive com permanências, mas também com transformações estruturais (Charron & De Bonville, 2016), a exemplo, no caso brasileiro, da introdução de novas tecnologias e mudanças nos modelos de negócios. Essas mudanças afetam a produção jornalística, o perfil profissional e as relações com o público.

Embora essas transformações ocorram, elementos fundamentais do jornalismo, como o entendimento da atividade como um serviço público, objetividade, imparcialidade, autonomia profissional, sentido de atualidade e questões éticas, permanecem presentes,

Pour citer cet article, to quote this article,
para citar este artigo :

Ana Maria Teles, Dione Oliveira Moura, « Percepção de jornalistas homens e mulheres que atuam nos Institutos Federais brasileiros: desafios e dificuldades do ser mulher jornalista », *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo* [En ligne, online], Vol 13, n°1 - 2024, 15 juin - june 15 - 15 de junho - 15 de junio.

URL : <https://doi.org/10.25200/SLJ.v13.n1.2024.557>



embora tensionados ao longo do tempo (Moura et al., 2015). Discutir como as e os jornalistas se reconhecem e como vêem sua profissão e a condição de gênero partindo de um cenário de serviço público, se faz necessário devido à quantidade de jornalistas que exercem essa atividade, conforme aponta o levantamento da pesquisa do Perfil do Jornalista (Lima et al., 2022).

Dados da segunda década do século XXI demonstram que as mulheres são maioria no jornalismo brasileiro, tanto em números nacionais, como nos Institutos Federais (IFs), objeto de estudo desta pesquisa. De acordo com o levantamento que realizamos no *Portal da Transparência e no Painel Estatístico de Pessoal* (Portal do Servidor [Governo Brasileiro], 2021), de um total de 298 profissionais jornalistas dos IFs, 200 são jornalistas mulheres e, apesar de serem maioria, enfrentam inúmeros preconceitos de gênero no ambiente de trabalho, que podem incluir discriminação salarial, estereótipos de gênero, falta de oportunidades de ascensão na carreira e dificuldades para serem levadas a sério em determinadas áreas, como veremos nos resultados da pesquisa. Nossa pesquisa aborda ainda temas cruciais nas discussões contemporâneas que dizem respeito à equidade de gênero e promoção da diversidade, principalmente no jornalismo.

Estudos comparativos internacionais (Cotter et al., 2001; World Economic Forum, 2023) indicam que as mulheres enfrentam problemas diferentes dos homens em praticamente todos os âmbitos profissionais, países e continentes. Diante deste cenário, trazemos a seguinte pergunta de pesquisa: quais são os desafios específicos enfrentados pelas mulheres em comparação com os homens devido à sua condição de gênero? O objetivo deste trabalho é identificar a percepção de jornalistas homens e mulheres que trabalham nos setores de comunicação dos IFs sobre os desafios e dificuldades enfrentados pelas jornalistas mulheres, considerando o marcador de gênero.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa busca analisar a percepção tanto de jornalistas homens quanto de mulheres sobre essas questões. Neste recorte, trazemos a visão dos profissionais mulheres e homens acerca das dificuldades vivenciadas pelas mulheres jornalistas no ambiente de trabalho dos IFs brasileiros¹.

A metodologia empregada consistiu, inicialmente, no levantamento de dados abertos disponibilizados no *Portal da Transparência e no Painel Estatístico de Pessoal* [do Governo Brasileiro] para obtermos o quantitativo total e algumas informações sobre vínculo de trabalho de jornalistas lotados como servidores efetivos nos Institutos Federais brasileiros. Esta

coleta foi realizada em agosto de 2021 e revisada em agosto de 2023.

Na sequência, trazemos o recorte de uma das questões abertas do *survey* produzido na plataforma *Google Docs*, o qual foi adaptado a partir do questionário aplicado na pesquisa *Perfil do Jornalista Brasileiro* (Lima et al., 2022; Mick & Lima, 2013). Na adaptação do questionário original da pesquisa que doravante denominaremos como *Pesquisa Perfil* (Lima et al., 2022; Mick & Lima, 2013), nossa pesquisa replicou algumas perguntas de forma idêntica e adequou outras à realidade do serviço público, além de termos acrescentado questões fechadas e abertas. O questionário que aplicamos contém eixos/perguntas que se referem a características sociodemográficas, experiências profissionais, rotinas produtivas e percepções acerca do trabalho enquanto jornalista de um IF.

Por ser online, o *survey* foi enviado por e-mail a todos os setores de comunicação dos IFs obtidos por meio de lista de e-mails do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), grupo de WhatsApp e sites das instituições. Desta forma, a divulgação foi feita também pelos meios mencionados e o período de aplicação foi de 22 de agosto a 18 de outubro de 2022. Obtivemos um total de 173 respostas, todas válidas para análise, de profissionais de todo o país e dos 38 IFs. Assim, os dados foram organizados em uma planilha de Excel, a partir do que foram analisados.

Antes de apresentarmos os resultados obtidos no *survey*, faremos, a seguir, um panorama sobre jornalismo enquanto uma profissão para situar-nos quanto ao lugar que estes profissionais passaram a ocupar nos setores de comunicação de empresas e organizações, como no caso dos IFs, que são organizações do governo federal brasileiro.

O JORNALISMO COMO PROFISSÃO

Neste tópico discorreremos sobre o jornalismo como profissão, incluindo como aconteceu a profissionalização do jornalismo e como ele está atrelado a diversos princípios e valores. Também apresentamos as mudanças estruturais e aspectos que envolvem as discussões sobre a precarização da profissão de jornalista.

A profissão gera identificação com aqueles que falam a mesma linguagem e seguem as mesmas regras e normas. Também busca confiabilidade na medida em que procura convencer o público de que os serviços que executa são exclusivos e específicos, além de terem um valor que transcende o que conseguem ver,

que pode ser, entre outros, verdade, beleza ou justiça (Agnez, 2014; Freidson, 1996; Machado, 1995).

A produção jornalística, que pode ser feita em diferentes ambientes, resulta de influências e intermediações que esses profissionais jornalistas estabelecem entre si e a sociedade em geral, tornando-se assim, um instrumento de construção que se propõe a dar sentido à realidade.

O reconhecimento social como uma profissão, da atividade jornalística, recebe suporte quando se estabelece a capacidade de distinguir, elaborar e formatar as notícias com um conhecimento jornalístico é prerrogativa dos jornalistas. Isso é fundamental na elaboração de discursos públicos de legitimação dessa prática e da categoria profissional (Pereira, 2018).

“O jornalismo é uma arena da disputa de ideias, com capacidade de influenciar a sociedade, convencendo determinada visão de mundo e estimulando certa lógica de pensamento e ação” (Peixoto, 2019, p. 10), ou seja, está atuando como agente transformador da realidade e sofrendo as modificações que dela advém. O jornalismo é um lugar de debate público e de luta política no campo das ideias no qual o que se conhece previamente pode ser questionado embora também possa reproduzir a visão de mundo dominante.

Ruellan (2017) destaca que existe uma imprecisão do jornalismo e que ela é tanto constitutiva, porque o jornalismo é herdeiro de diversas culturas, quanto construtiva, uma vez que permite que o jornalismo utilize meios de produção diversificados.

Passando por contínuas transformações, essa profissão, assim como diversas outras, sofreu interferências externas, como a inclusão de novos meios tecnológicos e mudanças nos modelos de negócios. Essas mudanças estão sendo estudadas, principalmente com o objetivo de identificar se está havendo uma mudança estrutural do jornalismo (Charron & De Bonville, 2016), o que implica averiguar se as mudanças são abrangentes e profundas o suficiente para alterar o modo como a atividade é praticada, reconhecida e definida pelos atores (Adghirni & Pereira, 2011) ou se são um escopo de alterações conjunturais.

Adghirni e Pereira (2011) organizam as mudanças, que consideram estruturais, em três eixos: a produção do jornalismo, que impacta diretamente nas rotinas, especialmente a partir da introdução das novas tecnologias digitais; o perfil profissional, em que situam-se questões relacionadas à precarização do trabalho, mudanças na formação profissional, migrações para outras atividades da área de comunicação, assunto que nos interessa nesta pesquisa; e novas relações com o público, pois o consumidor atual de informação tem novos há-

bitos, participa do processo e deseja interação na produção da notícia, graças às novas tecnologias digitais. Ainda no contexto de mudanças no jornalismo brasileiro, diversos estudos, como Fígaro e Silva (2020), demonstram o impacto da plataformização dentre os novos arranjos nas empresas de comunicação.

Uma transformação originalmente provocada entre sociedade e repórter refletiu significativamente nas empresas privadas e públicas. A emergência de uma vigilância sobre as atividades dos meios de comunicação e do jornalismo cidadão, ou seja, de um maior envolvimento do público em geral na produção do jornalismo convencional fez com que as organizações também adotassem práticas mais profissionais do fazer jornalístico de maneira a atender à nova demanda por responsabilidade social.

O jornalismo sempre defendeu a bandeira do interesse público, o que Gomes (2009) chama de autolegitimação, um processo no qual o jornalismo se apresenta como uma instituição importante e necessária que serve à opinião pública, ao cidadão e que, por esse motivo, deve ser protegida e cuidada por eles e pelo Estado.

Mick e Lima (2013) chamam a atenção para a participação dos jornalistas na democratização do país, devido à grande contratação desses profissionais pelo Estado, por organismos de Terceiro Setor ou até mesmo por empresas que não estão no ramo da comunicação para que lidem diretamente com seus públicos, pressem contas à sociedade, o que podemos chamar de *accountability*, seja por meio da “mídia das fontes” ou por ações de assessoria de imprensa ou de comunicação.

A atuação em diferentes frentes de trabalho é comprovada por Meneses (2019), quando a autora aponta as atividades dos jornalistas nos setores de comunicação das Universidades Federais:

podem contribuir com o fortalecimento da formação universitária e cidadã, por meio da difusão do conhecimento científico, através de diversos meios de comunicação e da prestação pública de contas com a sociedade. Também trabalha na divulgação de serviços, na preservação de uma identidade e de uma imagem institucional. Atua na disseminação de informações sobre a universidade para a comunidade acadêmica, por meio da comunicação interna. Tem a possibilidade de estar à frente de ações e eventos promovidos pelos mais diversos setores, programas ou projetos da universidade. E ainda pode auxiliar outras unidades que não atuam necessariamente com comunicação a desenvolver essa área. (Meneses, 2019, p. 33)

Assim sendo, o jornalista que atua nos setores de comunicação no serviço público exerce funções divergentes à medida que a finalidade exigida ao seu trabalho varia. No Brasil, os concursos públicos são regidos por editais e, nesses documentos, está contida a descrição sumária do cargo, que irá depender do local onde a vaga está. Se será lotado em uma assessoria de comunicação, rádio, webrádio, TV universitária ou Pró-Reitoria, a descrição das atividades a serem desempenhadas fará jus ao exigido em cada ambiente.

No Brasil, tem sido crescente o movimento das organizações privadas ou públicas pela contratação de profissionais de comunicação, o que tem gerado um aumento na oferta de empregos para atuação em assessorias de imprensa e assessorias de comunicação. Para suprir uma necessidade de divulgação mais rápida e direta com seus públicos, surgem, dentro dessa atuação em comunicação organizacional, canais midiáticos próprios, gerenciados por jornalistas ou por outros profissionais de comunicação. Estudo de Pontes e Mick (2023), ao acompanharem a carreira de jornalistas por um período de cinco anos, concluem que os profissionais de jornalismo no Brasil têm sido atraídos para atuarem nas assessorias principalmente pela “busca deliberada por melhoria das condições de trabalho por parte dos jornalistas” (p. 41).

A separação entre profissionais que trabalham em meios de comunicação, na mídia, e aqueles que trabalham com atividades ligadas ao jornalismo dentro de organizações públicas ou privadas, isto é, fora da mídia, alimenta uma ideia de que os primeiros são jornalistas e os segundos são não-jornalistas, o que vem sendo modificado por ser crescente, no contexto brasileiro, um reconhecimento de que os assessores partilham alguns códigos-chave do jornalismo. Esses códigos-chave, como as concepções do que é notícia e da temporalidade própria do jornalismo, são compartilhados por todos os agentes do campo jornalístico (Rosso, 2017).

A identidade profissional compartilhada pelos colegas contém muito mais do que os tipos de pessoas que eles desejam como companheiros. Neste caso, eles compartilham noções sobre a finalidade do seu trabalho, além das atitudes e problemas centrados nele. Quando olhada nos segmentos, a identidade profissional pode ser pensada de forma semelhante à ideologia de um movimento político sendo assim, os segmentos têm ideologia, além das suas missões, porém nem todos apresentam o caráter de um movimento social (Bucher & Strauss, 1961).

Quando Ruellan (2004) escreve sobre a dificuldade de se perceber quem é jornalista na França muito se deve ao fato de que os jornalistas assumiam simultaneamente várias funções, o que identificava o jorna-

lismo por meio de seus ambientes de trabalho e não de atividades, extrapolando leis e jurisprudência. A definição de quem seria ou não jornalista ficava por conta de situações jurídicas que iam além dos parâmetros convencionais. A aplicação do estatuto legal do jornalista enfrentava problemas que se relaciona à diversidade de tipos de organização e à mutação da funções desses profissionais. As organizações e associações profissionais também são criadas, em função do trabalho, para dar ao público leigo, a ideia de uma aparente unidade na categoria, que se materializa por acordos como códigos de ética, licenciamento e as principais associações profissionais (Bucher & Strauss, 1961).

A relação entre os atores e o contexto atravessado pelas suas disputas de poder possibilita entender as estratégias na condução das representações de papéis amparadas nos processos comunicativos, condicionando a relação entre esses grupos à prática de negociações de convivência que serão satisfatórias para ambos (Ferreira, 2021). O jornalismo continua sendo um agente transformador da realidade e desafia constantemente seus profissionais a se adaptarem e aprimorem seu trabalho para atender às necessidades de uma sociedade em constante mudança.

Na primeira edição da *Pesquisa Perfil* (Mick & Lima, 2013), relatam que, de acordo com os indicadores coletados na pesquisa, parece mais evidente o *habitus* profissional, que já foi abordado por autores como Charron e De Bonville (2016), algo que é comum a grande parte dos jornalistas do país, e que existem relações de colaboração, não propriamente de conflito, dentro do campo, principalmente pelo trânsito entre as atividades de um tipo, como atuação em mídia, e de outro, atuação fora da mídia, ao longo da carreira. A presente pesquisa situa-se entre as que discutem a atuação do profissional jornalista que atua fora da mídia, embora o uso das expressões dentro e fora da mídia possa ser questionável nos anos 2024, se pensarmos em funções exercidas em cada lugar (redação, fotos, edição de texto etc.).

Embora não possamos precisar, em 2024, qual a porcentagem do total de jornalistas que atuam no serviço público brasileiro considerando-se os três poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – e as três esferas – federal, estadual e municipal, é possível inferir que há uma parcela crescente de profissionais atuando nesse ramo, considerando-se que, em 2012, na primeira edição da *Pesquisa Perfil* (Mick & Lima, 2013), 13,2% dos respondentes da pesquisa *Perfil do Jornalista Brasileiro* se declararam servidores no setor público e outros 13,9% detentores de cargos em comissão. Ademais, em 2021, na segunda edição da *Pesquisa Perfil* (Lima et al., 2022), 38,7% dos jornalistas da enquete responderam que atuavam no setor público e 5,4% informaram estar em instituições de propriedade mista (público e priva-

da). Ressalta-se ainda que, no serviço público brasileiro, também existem servidores comissionados ou contratados de forma temporária, seja como pessoa física ou como pessoa jurídica – tipo de vínculo conhecido como ‘pejotização’ e que é uma forma de precarização dos direitos trabalhistas.

O cenário profissional jornalístico brasileiro, apesar dos avanços em direção à inclusão e diversidade, ainda carrega resquícios profundamente enraizados de desigualdade de gênero. As mulheres jornalistas no Brasil, embora representem uma parte significativa da força de trabalho jornalística, continuam a enfrentar barreiras substanciais, que impactam diretamente suas trajetórias profissionais. Essas barreiras não apenas moldam a experiência individual das jornalistas, mas também influenciam a narrativa geral apresentada ao público, afetando a qualidade e a autenticidade da informação disseminada.

Pesquisas realizadas na área de Sociologia das Profissões identificaram a presença de concentrações horizontais e verticais nos campos profissionais, o que significa uma presença maior ou menor de homens e mulheres em determinadas áreas. No jornalismo brasileiro, alguns estudos têm dedicado atenção às especificidades do teto de vidro/*glass ceiling* que possui particularidades de raça/gênero/classe na carreira de jornalistas negras (Moura, 2019; Moura & Costa, 2018).

A condição da mulher na sociedade brasileira, marcadamente uma sociedade patriarcal, machista e misógina se torna ainda mais complexa quando relações de poder a colocam em situações de inferioridade e essa mulher não tem garantidos seus direitos básicos. Grande parte de relatos sobre crimes cometidos contra as mulheres revelam as agressões como episódios e não como sendo parte de um contexto alargado de violência contra a mulher e de um machismo, que é estrutural, desconsiderando a trajetória de vida dessas mulheres. Dessa forma, a mulher tende a expressamente necessitar de uma proteção, característica do discurso hegemônico masculino (Barretos & Maia, 2020).

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad) de 2019 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2020) revelam disparidades salariais entre homens e mulheres, mesmo quando devidamente qualificadas e experientes. O rendimento das mulheres representa, em média, 78% do rendimento dos homens. A menor proporção é observada em cargos de direção e gerência quando os salários femininos equivalem a 62% dos salários masculinos.

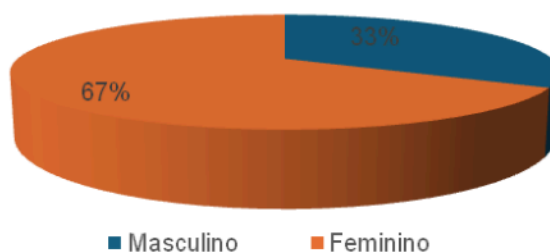
Assim, identificar as barreiras horizontais e/ou verticais nas carreiras profissionais das jornalistas é fundamental para combater a desigualdade de gênero na

profissão, que incluem diferenças salariais, falta de representatividade em cargos de liderança e gestão, além da discriminação de gênero. Superar essas barreiras ainda gera diversidade de perspectivas nos ambientes de trabalho, contribuindo para a construção de melhores coberturas jornalísticas ou assessorias, inspirando futuras gerações e, acima de tudo, respeitando os direitos profissionais das mulheres, assim como acontece aos homens.

A DISTRIBUIÇÃO DOS JORNALISTAS NOS IFs COM BASE NOS DADOS DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA E DO PAINEL ESTATÍSTICO DE PESSOAL

Com a finalidade de contextualizarmos o cenário de atuação dos jornalistas nos IFs, apresentamos, de forma resumida, dados da pesquisa de doutoramento da autora principal e que foram coletados no *Portal da Transparência* e no *Painel Estatístico de Pessoal*. No total, 298 jornalistas fazem parte do quadro de servidores técnico-administrativos dos Institutos. Reitera-se que essas informações são uma fotografia das condições do momento em que os dados abertos foram colhidos em agosto de 2022. Em uma divisão de gênero, ver Figura 1 – Distribuição dos jornalistas dos Institutos Federais por gênero –, apenas entre masculino e feminino, são listados 98 homens e 200 mulheres, ou seja, as mulheres predominam na atuação no serviço público nos Institutos Federais, 67%, assemelhando-se ao percebido na pesquisa nacional com os jornalistas brasileiros (Lima et.al, 2022), uma categoria majoritariamente feminina e com faixa etária entre 31 e 40 anos.

Figura 1: Distribuição dos jornalistas dos Institutos Federais por gênero

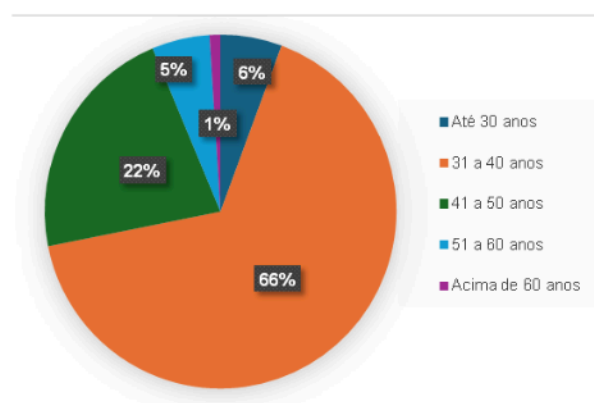


Fonte: Elaboração própria com base em dados coletados pela autora no Portal da Transparência>Downloads>Servidores. Recuperado em 31 de agosto de 2020, de <http://www.portaltransparencia.gov.br/download-de-dados/servidores>.

A faixa etária que predomina dentre as e os jornalistas dos Institutos Federais, de acordo com dados disponíveis e compilados do *Painel Estatístico de Pessoal*,

é entre 31 e 40 anos, conforme demonstrado na Figura 2 – Distribuição dos jornalistas dos Institutos Federais por faixa etária –, mesma faixa etária dos jornalistas brasileiros segundo a *Pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro* (Lima et al., 2022). A juvenilização da profissão é um item que se agrega a outros em discussões sobre precarização do trabalho, assim como a feminização, demonstrada anteriormente.

Figura 2: Distribuição dos jornalistas dos Institutos Federais por faixa etária



Fonte. Elaboração própria com base em dados coletados pela autora no Painel Estatístico de Pessoal. Recuperado em 31 de agosto de 2021, de <http://painel.pep.planejamento.gov.br/>.

A distribuição de jornalistas por instituição, discriminada na Tabela 1 - Institutos Federais e quantidade de jornalistas –, aponta que o Instituto Federal do Ceará é o que tem a maior quantidade de profissionais: 24 jornalistas lotados no órgão, seguido pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul, com 19 jornalistas, e do Instituto Federal de Pernambuco, com 18 jornalistas.

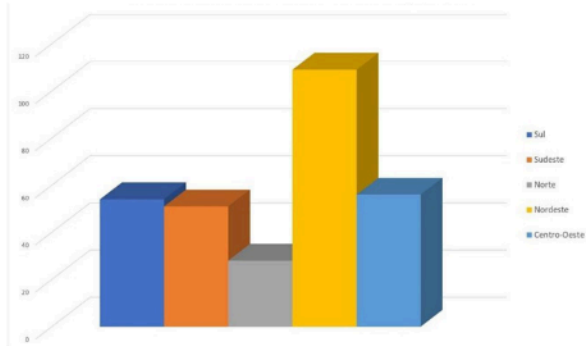
Tabela 1: Institutos Federais (IFs) e quantidade de jornalistas no quadro

Instituto	Quantidade
Instituto Federal do Ceará (IFCE)	24
Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS)	19
Instituto Federal de Pernambuco (IFPE)	18
Instituto Federal de Goiás (IFG)	17
Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT)	14
Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)	13
Instituto Federal da Paraíba (IFPB)	11
Instituto Federal do Maranhão (IFMA)	11
Instituto Federal da Bahia (IFBA)	10
Instituto Federal de Alagoas (IFAL)	10

Instituto	Quantidade
Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG)	10
Instituto Federal do Pará (IFPA)	9
Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IFSertão-PE)	9
Instituto Federal Fluminense (IFF)	9
Instituto Federal Catarinense (IFC)	8
Instituto Federal do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS)	8
Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS)	7
Instituto Federal do Tocantins (IFTO)	7
Instituto Federal Goiano (IFGOIANO)	7
Instituto Federal de Roraima (IFRR)	6
Instituto Federal de São Paulo (IFSP)	6
Instituto Federal do Piauí (IFPI)	6
Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais (IFSUDESTEMG)	6
Instituto Federal Farroupilha (IFFAR)	6
Instituto Federal de Sergipe (IFSE)	5
Instituto Federal do Amapá (IFAP)	5
Instituto Federal do Espírito Santo (IFES)	5
Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSUL)	5
Instituto Federal de Brasília (IFB)	4
Instituto Federal de Rondônia (IFRO)	4
Instituto Federal Baiano (IFBAIANO)	3
Instituto Federal do Acre (IFAC)	3
Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFMG)	3
Instituto Federal do Paraná (IFPR)	3
Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ)	3
Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN)	2
Instituto Federal do Amazonas (IFAM)	1
Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM)	1

Fonte. Elaboração própria com base em dados coletados pela autora no Portal da Transparência>Downloads>Servidores. Recuperado em 31 de agosto de 2021, de <http://www.portaltransparencia.gov.br/download-de-dados/servidores>.

Figura 3: Distribuição dos jornalistas dos Institutos Federais por região

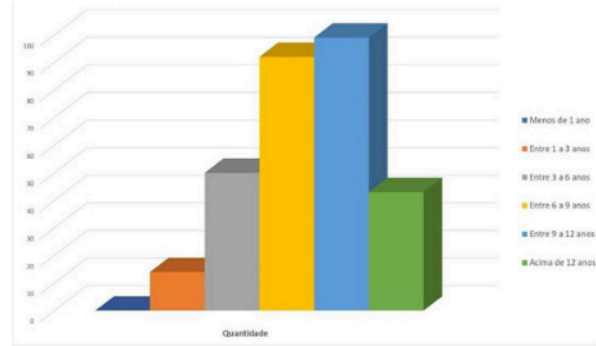


Fonte. Elaboração própria com base em dados coletados pela autora no Portal da Transparência>Downloads>Servidores. Recuperado em 31 de agosto de 2021, de <http://www.portaltransparencia.gov.br/download-de-dados/servidores>.

Assim, a região Nordeste, segundo dados coletados que compilamos do *Portal da Transparência* e apresentados na Tabela 1, concentra a maior quantidade de jornalistas que atuam nos Institutos Federais, totalizando 109 profissionais, como pode ser visualizado na Figura 3 - Distribuição dos jornalistas dos Institutos Federais por região. Esse é um dado interessante porque, se considerarmos o mercado privado, essa realidade não se repete.

No entanto, quando fazemos a divisão por estado da Federação, a maior concentração de jornalistas está no Rio Grande do Sul, na região Sul do Brasil,

Figura 5: Distribuição dos jornalistas dos Institutos Federais por tempo no cargo

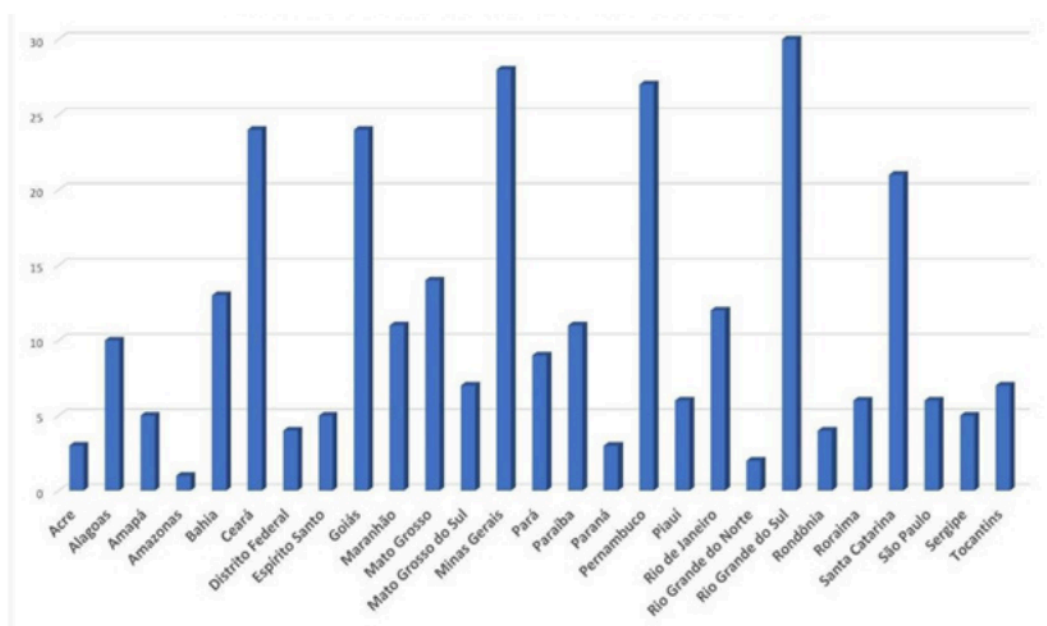


Fonte. Elaboração própria com base em dados coletados pela autora no Portal da Transparência>Downloads>Servidores. Recuperado em 31 de agosto de 2021, de <http://www.portaltransparencia.gov.br/download-de-dados/servidores>.

como pode ser visualizado na Figura 4 - Distribuição dos jornalistas dos Institutos Federais por estado da Federação..

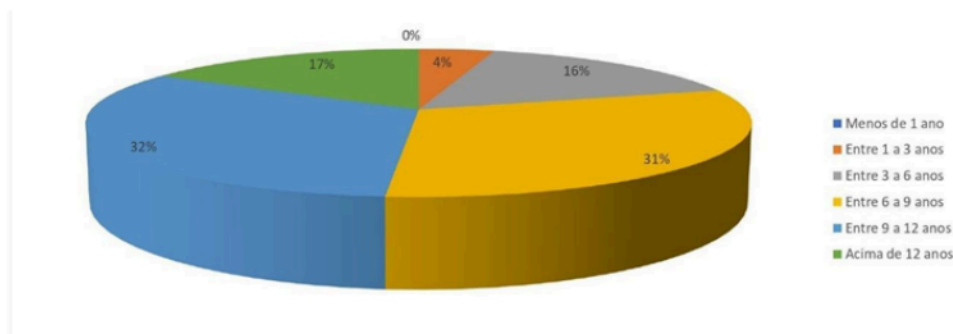
A maioria dos jornalistas profissionais dos IFs, segundo dados coletados que compilamos do Portal da Transparência, está no cargo de jornalista entre 9 e 12 anos. 32% estão no serviço público de 10 a 12 anos e praticamente no mesmo órgão, 31 % dos jornalistas estão no mesmo órgão pelo mesmo período, como pode ser visualizada na Figura 5 - Distribuição dos jornalistas dos Institutos Federais por tempo no cargo -; Figura 6 - Distribuição dos jornalistas dos Institutos

Figura 4: Distribuição dos jornalistas dos Institutos Federais por Estado da Federação



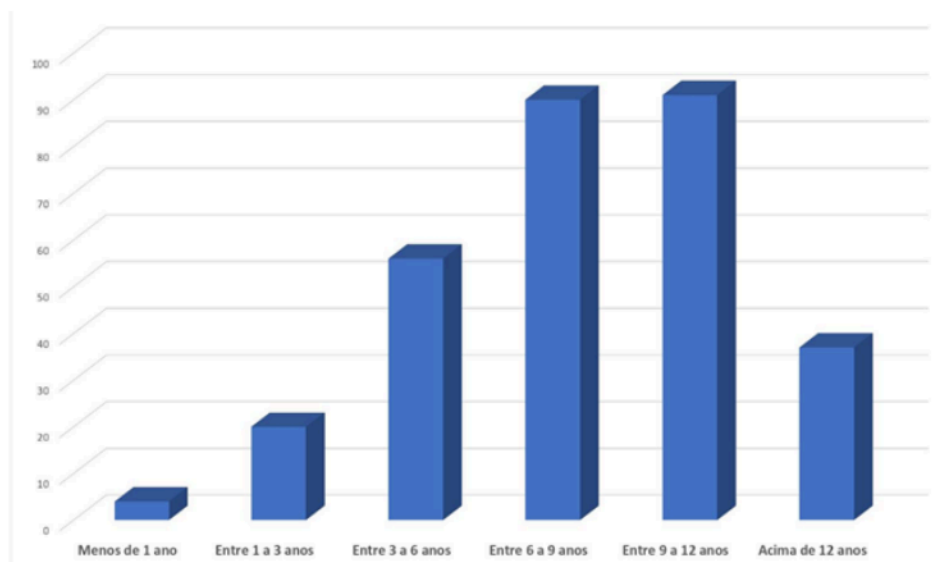
Fonte. Elaboração própria com base em dados coletados pela autora no Portal da Transparência>Downloads>Servidores. Recuperado em 31 de agosto de 2021, de <http://www.portaltransparencia.gov.br/download-de-dados/servidores>.

Figura 6: Distribuição dos jornalistas dos Institutos Federais por tempo no serviço público



Fonte. Elaboração própria com base em dados coletados pela autora no Portal da Transparência>Downloads>Servidores. Recuperado em 31 de agosto de 2021, de <http://www.portaltransparencia.gov.br/download-de-dados/servidores>.

Figura 7: Distribuição dos jornalistas dos Institutos Federais por tempo no órgão



Fonte. Elaboração própria com base em dados coletados pela autora no Portal da Transparência>Downloads>Servidores. Recuperado em 31 de agosto de 2021, de <http://www.portaltransparencia.gov.br/download-de-dados/servidores>.

Federais por tempo no serviço público e Figura 7 - Distribuição dos jornalistas dos Institutos Federais por tempo no órgão.

Percebe-se que o número de jornalistas por Instituto varia de um estado para outro e que existe uma discrepância, em comparação à iniciativa privada, na distribuição por região. Quando se trata dos Institutos Federais o maior quantitativo de profissionais está na região Nordeste enquanto os números dos jornalistas nacionais, de acordo com a Pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro (Lima, et al., 2022), é maior em São Paulo e na região Sudeste. Estes dados gerais apresentam a distribuição de jornalistas efetivos nos Institutos Federais e apontam que a grande maioria é composta por

mulheres, o que nos motiva a tratar dos desafios e dificuldades que as mulheres jornalistas enfrentam, seja no serviço público ou na sociedade brasileira como um todo.

DESAFIOS E DIFICULDADES ENFRENTADAS PELAS JORNALISTAS MULHERES

Neste tópico discutimos sobre as dificuldades que as mulheres jornalistas enfrentam nas carreiras, especialmente nos Institutos Federais. As lutas enfrentadas pelas mulheres têm sido um tema relevante nas discussões acadêmicas e sociais há décadas. No entanto, quando se trata

das mulheres jornalistas, o desafio se torna ainda mais complexo e intrincado. As mulheres jornalistas enfrentam uma série de obstáculos, desde a discriminação de gênero até o assédio e a violência, que ameaçam não apenas a sua segurança pessoal, mas também o seu papel crucial na sociedade como provedoras de informações e vozes para as minorias. A seguir, trazemos algumas dificuldades enfrentadas pelas mulheres jornalistas com o intuito de apontar estratégias para superá-las e as formas pelas quais a sociedade pode trabalhar para criar um ambiente mais inclusivo e seguro para todas as mulheres.

Os dados que apresentaremos a seguir tratam da percepção de homens e mulheres jornalistas dos IFs sobre a questão: “as mulheres enfrentam desafios maiores ou diferentes dos homens pela condição de ser mulher?”, que integrou o *survey* respondido pelos profissionais. As respostas foram obtidas por meio de questionário eletrônico respondido por 173 jornalistas de diversos IFs e integra uma pesquisa maior de doutoramento em conclusão em abril de 2024 junto ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília (UnB), Brasil.

A maioria das respostas afirma que as mulheres enfrentam sim desafios maiores, embora não consigamos, de fato, mensurar tamanho, mas podemos afirmar que enfrentam problemas diferentes dos homens, incluindo dificuldade em acessar cargos de chefia (*glass ceiling*), preconceito, assédio sexual e moral, descrédito, machismo estrutural, falta de valorização profissional e pessoal, falta de reconhecimento e opinião desconsiderada – formas variadas de violência simbólica. Algumas respostas apontam que a situação pode variar dependendo da função exercida e do ambiente de trabalho, mas, de modo geral, há a percepção de que a sociedade ainda é machista e que isso se reflete no mercado de trabalho e nas relações interpessoais.

Separamos as respostas dos jornalistas homens dos IFs para identificarmos semelhanças e discrepâncias nas narrativas. Com base nas respostas dos profissionais estabelecemos as cinco seguintes categorias dos desafios e/ou dificuldades que são enfrentadas pelas mulheres jornalistas nos IFs brasileiros:

- Teto de vidro/*glass ceiling*: dificuldade no acesso a cargos de chefia e liderança
- Violência simbólica: discriminação, assédios, *manterrupting* e *mansplaining*
- Conciliação entre trabalho e família
- *Gaslighting*: desrespeito à opinião e desrespeito psicológico

- Eufeminização e censura: Percepção de desigualdade de tratamento.

Antes de passarmos à discussão de cada categoria destacamos que houve entre as respostas profissionais duas que, de certa forma, perpassam as categorias mencionadas:

A sociedade brasileira é machista e conservadora. Os salários para mulheres são menores, elas sofrem preconceito em muitos ambientes de trabalho e é exigido delas um perfil quase sacrossanto de bela, recatada e do lar para que faça jus às expectativas sociais. Uma mulher sofre de descrédito ao ocupar um cargo de gestão, não raro tem menos oportunidades que um homem diante da mesma vaga, ainda que tenha a mesma competência e frequentemente fazem uma jornada dupla, uma vez que é costumeiro que além do trabalho elas sejam responsáveis pela casa. Creio que elas estejam também mais sujeitas a questão do assédio, seja ele moral ou sexual, ainda comuns em ambientes de trabalho (Jornalista homem 1, comunicação pessoal, 05 de outubro de 2022).

Este é o relato de um dos jornalista homem cuja narrativa elenca grande parte dos problemas enfrentados pelas mulheres, não apenas no serviço público, mas nos diversos ambientes, na sociedade como um todo. E podemos completar a análise com a fala de uma jornalista mulher: “enfrentar maiores desafios é a história da vida de toda mulher. No serviço público ainda há machismo e mesmo com grande quantidade de servidoras mulheres essa cultura predomina” (Jornalista mulher 1, comunicação pessoal, 08 de setembro de 2022). A seguir, discutiremos as categorias presentes no conjunto de respondentes.

Teto de vidro/*glass ceiling*: dificuldade no acesso a cargos de chefia e liderança

Na visão dos respondentes da pesquisa, assim como apresenta a literatura, há uma desigualdade de gênero no mercado de trabalho, onde a maioria dos cargos de gestão (Cotter et al., 2001; Ryan & Haslam, 2007), é ocupada por homens, situação associada ao telhado de vidro/*glass ceiling* (Berheide, 2013) e, em consequência, as mulheres pouco acessam aos cargos de chefia, além de serem desvalorizadas na busca por pessoas para ocupar essas posições. Essa realidade reflete uma cultura organizacional que ainda é predominantemente masculina e que muitas vezes exclui as mulheres de oportunidades de liderança e reconhecimento profissional. A persistência do teto de vidro cria um ambiente em que as jornalistas mulheres se veem aprisionadas em posições intermediárias, com suas perspectivas de progresso barradas pela resistência implícita à ascensão feminina. Como já apontado ante-

riormente, as mulheres recebem menor remuneração, mesmo quando possuem as mesmas ou mais qualificações do que os homens.

Os jornalistas homens dos IFs demonstram estar cientes desta realidade ao mencionarem o fato de as mulheres “não serem valorizadas para ocuparem *cargos de gestão* [ênfase adicionada]” (Jornalista homem 2, comunicação pessoal, 06 de setembro de 2022) ou ainda que “são desvalorizadas na busca por pessoas para ocupar *cargos de chefia* [ênfase adicionada]” (Jornalista homem 3, comunicação pessoal, 14 de setembro de 2022) ou terem “dificuldade em acesso aos *cargos de direção* [ênfase adicionada]” (Jornalista homem 4, comunicação pessoal, 13 de setembro de 2022). Outro jornalista homem ainda afirma uma percepção: “percebemos que a *maior parte dos cargos de gestão* [ênfase adicionada] é ocupada por homens” (Jornalista homem 5, comunicação pessoal, 31 de agosto de 2022). O acesso às carreiras (EBTT e TAE²), devido à forma de ingresso (concurso), é igualitária, mas o *acesso aos cargos de chefia* [ênfase adicionada], não, o que, à primeira vista, parece ser uma amostra do que ocorre na sociedade, como um todo”. (Jornalista homem 6, comunicação pessoal, 31 de agosto de 2022).

As jornalistas mulheres dos IFs, por sua vez, apontam para este fato, mas em menor número: “as mulheres são vistas como *peças* [ênfase adicionada] para executar atividades operacionais”, (Jornalista mulher2, comunicação pessoal, 22 de agosto de 2022), pois, como veremos um pouco a frente, existem outros problemas que requerem mais sua atenção. No entanto, elas destacam o machismo estrutural presente nas organizações onde “a maioria dos colegas e *gestores são homens* [ênfase adicionada]” (Jornalista mulher3, comunicação pessoal, 09 de setembro de 2022), o qual contribui para a sub-representação feminina em cargos de liderança: “mulheres ainda são *sub-representadas na tomada de decisões e liderança* [ênfase adicionada] nos mais diversos setores, não sendo diferente nas áreas de educação, ciência e tecnologia” (Jornalista mulher4, comunicação pessoal, 03 de outubro de 2022).

Violência simbólica: discriminação, assédios, *manterrupting* e *mansplaining*

Esta categoria aponta para os desafios que as mulheres enfrentam no ambiente profissional devido ao machismo estrutural, que se reflete no preconceito em áreas do conhecimento, assédio sexual, assédio moral, descrédito, constrangimentos, hostilidades e falta de respeito. Esta é uma categoria onde homens e mulheres convergem em muitas percepções, apesar dos homens, apresentarem termos mais leves para as situações vivenciadas pelas mulheres. “Acredito que elas enfrentem desafios maiores, pois me parece que *são mais frequentes os casos de assédio* [ênfase adicionada]

contra as mulheres e de *não reconhecimento* [ênfase adicionada] do trabalho delas na comparação com os homens” (Jornalista homem 7, comunicação pessoal, 09 de setembro de 2022).

Os jornalistas homens elencam que as mulheres jornalistas nos IFs sofrem com “*assédio sexual, assédio moral* [ênfase adicionada], descrédito, machismo etc” e “são tratadas com *certo preconceito* [ênfase adicionada] (consideradas «burras») por homens de algumas áreas do conhecimento” (Jornalista homem 8, comunicação pessoal, 14 de setembro de 2022). Percebemos aqui, e em outros relatos aqui citados, a violência simbólica (Bourdieu, 1976) evidenciada, a qual contempla também atitudes de *manterrupting* (Solnit, 2013) e *mansplaining*³ (Sandberg & Grant, 2015), como debateremos adiante nas considerações finais do artigo. Outro jornalista homem diz que “acha possível” as mulheres enfrentarem mais desafios e constrangimentos, seja no ambiente acadêmico ou público, pois, para ele “refletimos a sociedade que somos. Também temos a questão da falta de noção de algumas pessoas, em especial quando colocadas em funções de comando ou coordenação” (Jornalista homem 9, comunicação pessoal, 28 de setembro de 2022). Outro respondente concorda que existem desafios no sentido das diversas opressões motivadas pelo gênero, embora ele acredite que os desafios “impostos às mulheres no serviço público sejam bem *menores do* [ênfase adicionada] que os da iniciativa privada” (Jornalista homem 10, comunicação pessoal, 19 de setembro de 2022).

O machismo estrutural é apontado pelos homens como o principal motivo para a manutenção dos desafios: “principalmente os decorrentes do machismo estrutural, ou seja, *velados em outras formas de comportamentos* [ênfase adicionada] e escolhas próprias do ambiente organizacional” (Jornalista homem 11, comunicação pessoal, 23 de agosto de 2022); “acredito que haja uma *cultura organizacional machista* [ênfase adicionada] muito arraigada e isso acaba prejudicando as servidoras das mais diversas formas” (Jornalista homem 12, comunicação pessoal, 22 de setembro de 2022).

É importante perceber que os jornalistas homens respondentes em nossa pesquisa utilizam termos como “constrangimentos”, “é possível”, “falta de noção” para mencionar assuntos que se referem a “assédio”, “a fatos que acontecem”, “aos homens que se acham no direito”, termos que estão presentes nas falas das respondentes mulheres 6, 8 e 9 (comunicações pessoais, agosto/outubro de 2022), ou seja, uma forma de descrever situações de preconceito e discriminação sofridas pelas mulheres.

As mulheres jornalistas dos IFs enfrentam uma série de cobranças, incluindo a preocupação com a ima-

gem e os afazeres domésticos, como relatado por uma jornalista: “temos que fazer *tudo o que os colegas homens fazem* [ênfase adicionada], acrescido das cobranças de imagem (cabelo, unhas, roupas, maquiagem... que consomem muito tempo e dinheiro) e afazeres domésticos” (Jornalista mulher 5, comunicação pessoal, 22 de agosto de 2022).

As profissionais destacam o preconceito e os estereótipos que as descredibilizam: “precisam abdicar um pouco da vida pessoal; são incompreendidas, em certa medida, quanto às questões e as responsabilidades da maternidade; são rotuladas e estereotipadas; são expostas com mais frequência e, às vezes, motivo de piada, de assédios e outros” (Jornalista mulher 6, comunicação pessoal, 23 de agosto de 2022). Outra respondente ressalta que: “infelizmente não são raras as situações em que temos que *provar nosso conhecimento* [ênfase adicionada], competência ou legitimidade para ocupar certos espaços, falar sobre determinados temas *ou até tomar decisões* [ênfase adicionada]” (Jornalista mulher 7, comunicação pessoal, 13 de setembro de 2022).

E as narrativas continuam a trazer outros tipos de violência simbólica, tais como o assédio sexual e o assédio moral, como o representado por esta fala: “homens que se acham no *direito de dar em cima* [ênfase adicionada] de mulheres no ambiente profissional” (Jornalista mulher 8, comunicação pessoal, 06 de outubro de 2022), existe também a falta de reconhecimento por seu trabalho devido ao gênero: “mulheres são *sempre subestimadas* [ênfase adicionada], se não se encaixam em um determinado padrão tem sua capacidade colocada em cheque, ainda podem enfrentar *assédio* [ênfase adicionada], estão o tempo todo na defensiva” (Jornalista mulher 9, comunicação pessoal, 14 de outubro de 2022).

O machismo estrutural também se reflete nesse contexto, influenciando as relações e as oportunidades de crescimento profissional das jornalistas. As jornalistas mulheres dos IFs ainda exemplificam diversas tentativas de silenciamento sendo vítimas de interrupções e descredibilização por parte de homens: “A quantidade de vezes em que sou *interrompida* [ênfase adicionada] por um homem enquanto falo, ou que um homem tenta *me explicar* [ênfase adicionada] como eu deveria fazer meu próprio trabalho é surreal. Outra coisa que acontece muito é eu dizer algo e não ser levado a sério, mas quando um colega homem repete exatamente o que acabei de dizer, aí sim é escutado e valorizado” (Jornalista mulher 10, comunicação pessoal, 12 de setembro de 2022). Outra profissional relata: “tinha meu *trabalho diminuído e de pouca escuta* [ênfase adicionada] pelo fato de ser mulher e mais nova do que a maioria. Além disso, durante estágio em Assessoria de Comunicação de órgão público federal, sofria *assédio* [ênfase adicio-

nada] por ser mulher” (Jornalista mulher 11, comunicação pessoal, 22 de agosto de 2022) e ainda uma outra situação atual: “no setor em que trabalho há pessoas que claramente têm tendência a *interromper a fala e desautorizar mulheres* [ênfase adicionada] (já aconteceu comigo)” (Jornalista mulher 12, comunicação pessoal, 08 de setembro de 2022).

As falas apresentadas destacam diversas situações nas quais as jornalistas mulheres dos IFs são subestimadas, enfrentam assédio moral e sexual e são constantemente colocadas na defensiva. Além disso, as jornalistas mulheres ressaltam que é comum a necessidade de provar conhecimento, competência e legitimidade para ocupar espaços e tomar decisões. Também está presente na fala das jornalistas, o comportamento de homens que se sentem no “direito” de assediar mulheres no ambiente profissional em evidente prática de violência simbólica instituída.

A discriminação de gênero e o assédio na profissão de jornalista foram questões silenciadas até pouco tempo, no entanto ações pontuais trataram do tema como, por exemplo, os artigos da jornalista Carmen Silva na revista *Cláudia*, entre 1963 e 1985, abordando mudança de valores, de comportamentos e de relacionamentos de mulheres e homens.

As respostas dos jornalistas homens dos IFs à questão também apontaram aspectos ambíguos como “depende da função que exerça”, “como sou homem, não me sinto confortável em expor situações” ou ainda “sou homem. Então, não sou capaz de responder esta questão com propriedade” (comunicações pessoais, 12 de setembro de 2022). Estas afirmações demonstram a dificuldade que alguns homens têm em reconhecer a existência de desigualdades de gênero no mercado de trabalho ou em falar sobre o assunto, seja por falta de propriedade ou desconforto, tendo em vista que grande parte das agressões sofridas pelas mulheres são praticadas por homens.

Há ainda quem afirme, dentre os jornalistas respondentes dos IFs, não encontrar nenhum tipo de tratamento diferenciado entre homens e mulheres: “não. Acredito que *as demandas são as mesmas* [ênfase adicionada]” (Jornalista homem 13, comunicação pessoal, 06 de outubro de 2022), ou ainda quem afirme que na comunicação, o tratamento desigual é referente aos homens, apesar de dizer que acredita que as mulheres enfrentam desafios diferentes: “em partes, acredito que sim. Entretanto, na comunicação especificadamente, acho que *quem enfrenta desafios são os homens, por serem minoria* [ênfase adicionada] tem certa dificuldade de romper panelinhas femininas ou mesmo ser aceito em um ambiente dominado pelas mulheres. O ideal seria algo misto e que todos se respeitassem,

sem divisões por gênero” (Jornalista homem 14, comunicação pessoal, 06 de outubro de 2022).

Um aspecto específico se observa quando se referem ao trabalho atual, ao setor ou IF em que trabalham apontando talvez uma “luz no fim do túnel”. “No meu setor, *não vejo essa diferença, existe um respeito muito grande* [ênfase adicionada] entre os membros da equipe” (Jornalista homem 15, comunicação pessoal, 12 de setembro de 2022); outro afirma “eu não observo isso no nosso ambiente de trabalho, tanto que minha chefe imediata [...] e as duas acima [...] são mulheres, mas, pelo fato de eu ser homem, pode ser que não perceba algumas situações” (Jornalista homem 16, comunicação pessoal, 09 de setembro de 2022). Um jornalista aponta: “não tenho lugar de fala. Mas na hierarquia da comunicação no IF [...], *todas as chefias são ocupadas* [ênfase adicionada] por mulheres no momento” (Jornalista homem 17, comunicação pessoal, 08 de setembro de 2022). Seguem nesta linha outras falas: “especificamente no ambiente (campus) onde trabalho, *não se percebe essa situação. Mas sabemos de ambientes mais hostis* [ênfase adicionada] neste sentido na própria rede onde o campus está inserido” (Jornalista homem 18, comunicação pessoal, 06 de setembro de 2022);

especificamente no IF, vejo como um ambiente mais plural e em que as diferenças de gênero não estão tão acentuadas [ênfase adicionada]. Muito embora comportamentos *machistas ainda sejam observados* [ênfase adicionada], trata-se de um espaço de mais diálogo do que a média da sociedade brasileira”. (Jornalista homem, 19, comunicação pessoal, 05 de outubro de 2022)

Algumas jornalistas mulheres também afirmaram que não enxergam ou vivenciam desafios e dificuldades pela condição do gênero. Algumas respostas se limitaram a dizer “não”, outras que dependem do contexto e há ainda quem afirmou “no meu atual trabalho, não. Mas na sociedade, em geral, sim [ênfase adicionada]” (Jornalista mulher 13, comunicação pessoal, 05 de setembro de 2022); “*não vejo isso no Instituto Federal* [ênfase adicionada], mas sim no mundo do trabalho em geral, principalmente em empresas privadas” (Jornalista mulher 14, comunicação pessoal, 22 de agosto de 2022) corroborada por

se a pergunta se refere exclusivamente à atuação enquanto jornalista do Instituto Federal, *minha experiência até o momento enquanto servidora pública não é definida dessa forma. Contudo, se a análise for expandida para o contexto da sociedade como um todo, os episódios referentes à diferença de gênero existem, sim* [ênfase adicionada]”. (Jornalista mulher 15, comunicação pessoal, 13 de setembro de 2022)

Ou seja pelo fato do setor ser majoritariamente feminino:

“nossa equipe é majoritariamente formada por mulheres. *Não vejo muita diferença* [ênfase adicionada], pois os homens que têm filhos, pelo menos no meu setor, são participativos em suas famílias e têm as mesmas dificuldades que nós em conciliar filhos e trabalho”. (Jornalista mulher 16, comunicação pessoal, 08 de setembro de 2022)

Ou por ter chefia feminina: “não passo por isso no meu atual vínculo profissional, *talvez pelo fato de ter na chefia uma também mulher* [ênfase adicionada]. Mas já passei em experiências anteriores” (Jornalista mulher 17, comunicação pessoal, 22 de agosto de 2022). Outra jornalista afirma:

é provável que haja colegas [ênfase adicionada] em alguma situação de enfrentamento a desafios maiores ou diferentes pela condição de ser mulher em institutos federais, mas falando especificamente da *minha experiência, não sinto essa diferença na minha prática profissional* [ênfase adicionada]. Nunca sofri qualquer tipo de impedimento na instituição em que atuo por ser mulher. (Jornalista mulher 18, comunicação pessoal, 06 de setembro de 2022)

Pelas respostas percebemos que existem jornalistas homens nos IFs que não enxergam diferenças e desafios de forma alguma, afirmando que as demandas são iguais para homens e mulheres ou que não percebem isso no atual ambiente de trabalho, o setor de comunicação do Instituto Federal. Este é um dos aspectos que nos fazem questionar se o serviço público é um lugar que proporciona melhores condições de trabalho às mulheres, especificamente às jornalistas.

Uma possível explicação para a falta de percepção de diferenças de tratamento entre homens e mulheres na profissão de jornalistas, tanto no serviço público quanto na área privada, por parte dos homens, pode estar relacionada ao privilégio de gênero e à naturalização das desigualdades presentes na sociedade. Outro ponto importante é que, ao passo que há mulheres jornalistas nos IFs que relatam sofrimento de assédio e práticas de pressão psicológica, há também as que declaram como exposto acima, não vivenciarem qualquer tipo de desigualdade de gênero no trabalho (ou no seu IF específico), ao passo que reconhecem que tais situações (machismo, assédio e afins) aconteçam ‘na sociedade de modo geral’ ou, potencialmente, aconteçam em outro IF que não o seu.

Como beneficiários de um sistema patriarcal, os homens podem estar menos sensíveis e conscientes

das disparidades enfrentadas pelas mulheres, tanto em termos salariais quanto de oportunidades e reconhecimento profissional. Além disso, a invisibilidade dessas questões pode ser reforçada pela falta de vivência direta das experiências enfrentadas pelas mulheres, tornando mais difícil para os homens compreenderem a amplitude dos desafios enfrentados por suas colegas de profissão.

As dificuldades mais recorrentes vividas pelas mulheres se relacionam à maternidade, seja pelo fato de terem que conciliar a dupla jornada, pelo fato de terem que se ausentar do trabalho em virtude de compromissos externos ou cuidados ligados aos filhos e com isso serem preteridas para viagens a trabalho, por exemplo.

As mulheres atualmente estão se unindo e realizando mobilizações visando mudanças nas condições inóspitas no trabalho. Campanhas como o “#metoo”⁴, “Deixa ela trabalhar”⁵ e “Jornalistas contra o assédio”⁶ têm abordado as discriminações e os casos de assédio no exercício da profissão. Conforme apontam as pesquisadoras Koshiyama e Reimberg (2018), é importante que as mulheres não se isolem e se apoiem, destacando que ações como as mencionadas são um caminho que começa a ser trilhado.

Conciliação entre trabalho e família

Outro ponto importante que as mulheres enfrentam é a dificuldade de conciliar as atividades do trabalho e da família, um desafio diário, sobretudo as mães que muitas vezes são responsáveis por cuidar sozinhas dos filhos e da casa, fenômeno presente não somente no Brasil, mas internacionalmente (Kirchmeyer, 2002), como demonstra o relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2018). Nesse sentido, políticas de flexibilização do trabalho e licenças maternidade e paternidade mais longas, assim como valorizar que a mulher possa controlar o seu tempo, tenha seu trabalho reconhecido e levante sua voz contra situações de violência e assédio são fundamentais para garantir a equidade de gênero no mercado de trabalho, como aponta o relatório da OIT (2018). Os jornalistas homens dos IFs, apesar de em menor número, percebem esta dupla jornada como uma dificuldade: “o trabalho nos períodos gestacional e de amamentação, por exemplo, é bem *mais desgastante* [ênfase adicionada]” (Jornalista homem 20, comunicação pessoal, 03 de outubro de 2022) e o fato de que “*acumulam funções enquanto mães, esposas, profissionais* [ênfase adicionada] que muitas vezes precisam trabalhar em mais de um emprego para conseguir sustentar a família” (Jornalista homem 21, comunicação pessoal, 31 de agosto de 2022).

Para as mulheres jornalistas dos IFs “conciliar vida profissional e pessoal, sobretudo quando têm filhos”

(Jornalista mulher 19, comunicação pessoal, 05 de setembro de 2022) e “principalmente pelo acúmulo com as funções da casa, da maternidade e do cuidado com os pais” (Jornalista mulher 20, comunicação pessoal, 07 de outubro de 2022), se torna um dos maiores desafios e uma das grandes dificuldades encontradas, pois “ainda atuamos em uma sociedade marcada por uma cultura machista. Não só pelo espaço que as mulheres ocupam nas instituições como pela dificuldade de conciliar interesses/exigências pessoais e profissionais” (Jornalista mulher 21, comunicação pessoal, 22 de agosto de 2022). Outra profissional frisa que “nossa jornada é *quádrupla* [ênfase adicionada] muitas vezes e, isso, não é valorizado” (Jornalista mulher 22, comunicação pessoal, 12 de setembro de 2022).

Essa amplitude de jornada exige que a mulher se desdobre para cumprir, de forma brilhante, as funções profissionais e o cuidado, não apenas com o lar, mas com toda a família e até para com pessoas próximas. Uma jornalista relata a dificuldade de muitas mães em retornarem ao mercado de trabalho:

posso citar meu caso, em particular, quando resolvi abrir mão de uma função gratificada depois de me tornar mãe, em virtude de uma rede de apoio insuficiente, já que o cargo me exigiria maior disponibilidade de tempo no local de trabalho. Muitas mulheres não têm a *oportunidade, sequer, de retornar ao mercado de trabalho* [ênfase adicionada], mesmo quando essa é sua vontade, sem contar as *jornadas múltiplas exaustivas* [ênfase adicionada] que assumem quando conseguem, enfim, retomar suas atividades profissionais. Até pouco tempo atrás, não víamos editais que pontuavam pesquisadoras durante a licença-maternidade. (Jornalista mulher 23, comunicação pessoal, 03 de outubro de 2022)

Várias outras jornalistas respondentes reafirmam o acúmulo de funções e a sobrecarga gerada pela conciliação entre trabalho e família: “assumem jornadas mais intensas que envolvem atividades oriundas do seu trabalho assalariado e administração do lar e da família” (Jornalista mulher 24, comunicação pessoal, 12 de setembro de 2022); “sobrecarga de acúmulo de funções do trabalho com as domésticas, mansplaining, entre outras coisas, ainda são comuns em toda a sociedade” (Jornalista mulher 25, comunicação pessoal, 06 de outubro de 2022); “a mulher é sempre mais sobrecarregada pelo fato de ser responsável pela maior parte ou a totalidade das tarefas domésticas e o cuidado com os filhos” (Jornalista mulher 26, comunicação pessoal, 18 de setembro de 2022); “a carga das atividades cotidianas relacionadas à família, em especial à criação dos filhos, é maior sobre as mulheres e isso certamente impacta na relação com o trabalho (mais cansaço,

preocupações extras, etc)” (Jornalista mulher 27, comunicação pessoal, 29 de agosto de 2022).

Essa percepção divergente entre homens e mulheres no que tange à conciliação entre carreira profissional e vida pessoal das mulheres se explica de forma histórica. Na sociedade patriarcal, as mulheres foram socialmente designadas para o papel de cuidadoras e responsáveis pelas tarefas domésticas, além do cuidado com os filhos, portanto, a vida doméstica é vista como natural pelo homem enquanto as mulheres apontam o peso da falta de equilíbrio nas funções da casa.

Historicamente, recai sobre a mulher a responsabilidade de conciliar trabalho e vida doméstica. Para equilibrar a vida profissional com a pessoal, as mulheres buscam alternativas que podem ser danosas profissionalmente, como a flexibilização, trabalhos temporários ou em meio período, ações que podem culminar na baixa visibilidade no mercado de trabalho, dificultando melhor inserção e até mesmo a permanência em empregos melhores e bem remunerados (Passos & Guedes, 2018).

Para conseguirem conciliar o trabalho e cuidados domésticos com a carreira profissional, muitas mulheres, especialmente de classe média, tem adotado o modelo de delegação na divisão sexual do trabalho. À medida que as mulheres se posicionam melhor no mercado de trabalho e adquirem um nível mais elevado de renda, elas contratam outras para aliviarem a carga de trabalho doméstico ou mesmo substituí-las nesses afazeres, o que cria uma estratificação do conflito entre trabalho e família de acordo com a classe social.

Essa situação gera um ciclo vicioso, conforme apontam Passos e Guedes (2018), pois as mulheres de classe média e rica alcançam melhores postos e mantêm ou ascendem o nível de renda, enquanto as mulheres pobres, por não terem meios de conciliar trabalho e família, encontram dificuldades adicionais de inserção e de postos melhores de trabalho, perpetuando a sua condição de pobreza e, muitas vezes, apresentando menor desenvolvimento profissional.

Gaslighting: desrespeito à opinião e desrespeito psicológico

A questão da opinião e capacidade emocional das mulheres frequentemente ser posta em análise é um reflexo da persistência de estereótipos de gênero e discriminação presentes na sociedade. É lamentável que mulheres enfrentem essa forma de desvalorização, uma vez que sua opinião e capacidade emocional são igualmente válidas e importantes. O questionamento constante de vários aspectos apenas reforça a necessidade de ampliar a representatividade feminina e não apenas de forma numérica para valorizar a diversidade

de perspectivas, contribuindo para um conhecimento mais completo e enriquecedor.

Novamente o machismo estrutural está presente nas respostas sendo a justificativa para o fato de que “as mulheres precisam provar *muito mais do que os homens* a sua capacidade em assumir as tarefas [ênfase adicionada]” (Jornalista homem 22, comunicação pessoal, 06 de outubro de 2022) ou ainda “no tocante a ter sua opinião levada em consideração. Além disso, elas têm frequentemente sua *capacidade, principalmente emocional* [ênfase adicionada], questionada” (Jornalista homem 23, comunicação pessoal, 30 de agosto de 2022). Um jornalista homem acredita que esta situação ocorre em alguns ambientes: “acredito que a mulher tenha maior dificuldade em alguns ambientes para se colocar como detentora de conhecimentos e ser respeitada” (Jornalista homem 24, comunicação pessoal, 23 de agosto de 2022).

Outro profissional completa que as mulheres

necessitam *reafirmar suas posições e ações com mais intensidade para que sejam ouvidas e respeitadas* [ênfase adicionada], em comparação ao profissional do sexo masculino, devido a uma cultura organizacional onde o homem cria um ambiente propício para que as próprias opiniões masculinas sejam mais validadas. (Jornalista homem 25, comunicação pessoal, 08 de setembro de 2022)

Para as jornalistas mulheres dos IFs, a situação é recorrente e os relatos de situações vividas por estas profissionais especificamente, não são raros:

às vezes, em situações em que estive como diretora de vídeos, numa equipe audiovisual toda masculina, sentia que alguns colegas tinham mais dificuldade em aceitar e lidar com essa hierarquia na lógica de produção. Isso se manifestava no não cumprimento de algumas demandas e até mesmo *a agressões verbais/psicológicas* [ênfase adicionada]. (Jornalista mulher 28, comunicação pessoal, 09 de setembro de 2022)

As agressões psicológicas são reconhecidas na literatura como o fenômeno *gaslighting* – estratégias de manipulação que pretendem que a pessoa desacredite de sua saúde psicológica e que são muito efetivas quando aplicadas contra grupos, tais como as mulheres, que já vivem situações de desigualdade de gênero, como define Sweet (2019).

Nesse sentido, os relatos das jornalistas mulheres dos IFs alertam que “as mulheres sempre são mais questionadas, olhadas com uma certa *desconfiança* [ênfase adicionada] em relação à sua capacidade” (Jor-

nalista mulher 29, comunicação pessoal, 22 de agosto de 2022) e essa desconfiança pode gerar complicadores ainda maiores: “mais *desconfiança* [ênfase adicionada] sobre sua capacidade quando estão em cargos de gestão, estão mais susceptíveis a assédio moral e sexual” (Jornalista mulher 30, comunicação pessoal, 22 de agosto de 2022).

A mulher enfrenta maiores dificuldades em certos ambientes para se estabelecer como detentora de conhecimentos e ser devidamente respeitada. Esse desafio é evidenciado, especialmente, no que diz respeito à consideração de suas opiniões, bem como à frequente contestação de sua capacidade, principalmente no âmbito emocional. “As mulheres são inferiorizadas como técnicas, suas posições firmes são classificadas como histerias e exageros” (Jornalista mulher 31, comunicação pessoal, 05 de outubro de 2022).

As jornalistas mulheres dos IFs ainda pontuam que “as condições de trabalho são ainda pautadas na visão machista de que as mulheres são fracas e não têm *capacidade* [ênfase adicionada] intelectual e física para a tomada de decisões” (Jornalista mulher 32, comunicação pessoal, 22 de agosto de 2022) e que “especialmente pela premissa machista de que profissionais do *gênero feminino são mais vulneráveis* [ênfase adicionada] aos impactos da pressão por produtividade e de produção em curto prazo [pressão de tempo]” (Jornalista mulher 33, comunicação pessoal, 29 de setembro de 2022).

Nas discussões sobre gênero, Saffioti (2013) destaca que, na avaliação da sociedade capitalista, a suposta liberdade formal dos seus membros mascara a verdadeira influência dos fatores naturais presentes em cada indivíduo no processo competitivo social. Nos anos 1960, a autora já criticava o emprego de critérios irracionais, tais como a consideração da suposta fragilidade física, estabilidade emocional e menor inteligência femininas, além de observar a limitada capacidade de reivindicação e a escassa presença em cargos estratégicos, tanto no mercado de trabalho quanto nas posições de liderança sindical. É essencial reconhecer e combater essa desigualdade, garantindo um ambiente inclusivo, onde as mulheres sejam encorajadas a expressar suas ideias e emoções sem serem submetidas a dúvidas injustas ou deslegitimação.

Eufeminização e censura: percepção de desigualdade de tratamento

Esta categoria aponta para o fato de que as mulheres são vítimas mais frequentes de assédio e sofrem maior cobrança em relação às mesmas atividades que os homens. Entre as respostas são exemplificadas situações que evidenciam a existência de disparidades no tratamento que afetam as mulheres nessas esferas profissionais.

Os homens jornalistas dos IFs pontuam que os desafios enfrentados pelas mulheres são bem maiores, seja na família, fora de casa ou no trabalho. Um profissional homem destaca a diferença de tratamento que percebe no mercado de trabalho: “presenciei situações em que minhas colegas mulheres *sofreram maior cobrança* [ênfase adicionada] que eu em relação às mesmas atividades” (Jornalista homem 26, comunicação pessoal, 22 de agosto de 2022).

Outro jornalista também conta sua percepção dentro do serviço público: “ouvi relatos de colegas que *se queixam de não ser ouvidas pelos gestores* [ênfase adicionada] que assessoram ou que estão inseridas em ambientes com chefias estritamente masculinas. Há um esforço institucional para reduzir as diferenças, mas elas seguem” (Jornalista homem 27, comunicação pessoal, 13 de outubro de 2022).

A discrepância no tratamento fica evidente pelas diversas formas de assédio sofridas pelas mulheres: “acumulam *mais atribuições* [ênfase adicionada] no ambiente familiar; são alvos mais frequentes de ações de *assédio moral e sexual* [ênfase adicionada]” (Jornalista homem 28, comunicação pessoal, 12 de setembro de 2022) e “sobretudo a questão de serem vítimas mais frequentes de assédio e *não serem valorizadas* [ênfase adicionada] para ocuparem cargos de gestão” (Jornalista homem 29, comunicação pessoal, 06 de setembro de 2022).

O depoimento de um jornalista homem dos IFs tenta amenizar a questão: “aqui no meu setor a situação é a mais igualitária possível, mas sei que a realidade como um todo — especialmente na iniciativa privada — é outra, tanto no sentido salarial quanto na questão do respeito e valorização profissional” (Jornalista homem 30, comunicação pessoal, 23 de setembro de 2022).

As mulheres jornalistas dos IFs podem chegar a ser marginalizadas, enfrentando obstáculos em suas carreiras, devido ao gênero, e sendo alvo de estereótipos que questionam sua credibilidade e competência. “Devido ao machismo estrutural, as mulheres precisam se provar mais e, muitas vezes, são *silenciadas ou sofrem assédio e abuso sexual* [ênfase adicionada]” (Jornalista mulher 34, comunicação pessoal, 22 de agosto de 2022).

Apesar de toda a evolução na discussão deste tema, nota-se a persistência de práticas discriminatórias, por isso é latente a importância de se reconhecer e combater as desigualdades de gênero no jornalismo e no serviço público brasileiro, criando mecanismos para garantir que as mulheres tenham as mesmas oportunidades e tratamento igualitário no ambiente profissional e que falas como “os defeitos dos homens são mais despercebidos e os das mulheres são sempre lembra-

dos” (Jornalista mulher 35, comunicação pessoal, 19 de setembro de 2022) não sejam pronunciadas.

As mulheres jornalistas dos IFs relatam que não conseguem “ser levadas a sério no ambiente de trabalho, não somos ouvidas e não temos espaço para colocar as condições adequadas de trabalho” (Jornalista mulher 36, comunicação pessoal, 12 de setembro de 2022). Outra situação vivida exemplifica a desigualdade no tratamento: “no setor de Comunicação, a opinião das duas mulheres da equipe não é respeitada pelo integrante homem [ênfase adicionada]. Também sentimos isso em relação a nossas demandas feitas a outros setores” (Jornalista mulher 37, comunicação pessoal, 12 de setembro de 2022); “as opiniões dadas por nós mulheres, mesmo sendo em uma instituição de ensino, precisam ser mais comprovadas que são válidas, do que se fosse por um homem” (Jornalista mulher 38, comunicação pessoal, 15 de setembro de 2022).

Outra profissional, antes de retratar a diferença de tratamento, faz uma afirmação sobre a questão de assédio, o que nos leva a pensar no quanto isso já se tornou parte da rotina do ser mulher:

nunca sofri assédio moral e sexual por ser mulher, mas minha *qualificação para desempenhar algumas funções* [ênfase adicionada] foi questionada por minhas posições políticas. Também me causa incômodo como por muito tempo dentro da instituição as mulheres estavam em funções de chefia no segundo escalão. No entanto, poucas ocupavam os espaços de direção. (Jornalista mulher 39, comunicação pessoal, 19 de setembro de 2022)

A aparência física é outro item que frequentemente é alvo de comentários, sejam eles de caráter pejorativo ou visto como um elogio, mas que, não caberiam em um ambiente profissional. “Por sermos mulheres de aparência jovens, não somos respeitadas pelos docentes que ocupam cargo de chefia, comumente se referem como «*meninas da comunicação*» [ênfase adicionada]” (Jornalista mulher 40, comunicação pessoal, 09 de setembro de 2022).

Acredito que muitos nos enxergam como «sensíveis», «pouco racionais» e «não aptas» a alguns cargos. Acredito que o fator aparência, em especial em um contexto de comunicação e quando você está envolvida na produção audiovisual institucional, pode ser mais levado em conta que sua competência ou desempenho profissional. (Jornalista mulher 41, comunicação pessoal, 26 de agosto de 2022)

E assim como expressado por outra profissional anteriormente, em um ambiente onde existe grande presença masculina, o tratamento desigual impera:

há *interlocução com maior número de gestores do sexo masculino* [ênfase adicionada] e essa questão é perceptível. A equipe de jornalismo é integralmente formada por mulheres e não é incomum que interlocutores do sexo masculino se refiram à equipe como «*as meninas*» [ênfase adicionada], ao passo que citam sempre o nome dos colegas (homens) do setor de comunicação quando se referem a um deles. (Jornalista mulher 42, comunicação pessoal, 29 de setembro de 2022)

Os trechos citados evidenciam a persistência de desigualdades de gênero no ambiente de trabalho dos IFs brasileiros. As mulheres jornalistas respondentes relatam dificuldades em serem levadas a sério, terem suas opiniões respeitadas especialmente quanto ocupam cargos de liderança. Além disso, destacam a questão do assédio moral e sexual, bem como o questionamento de suas qualificações profissionais baseado em posicionamentos políticos.

Resultados de pesquisas de monitoramento de mídia, como o feito por Woitowicz e Rocha (2018), revelaram tratamento desigual entre homens e mulheres na condição de fontes das notícias. Foi observada uma maior presença masculina na condição de fontes especializadas nos jornais, enquanto as mulheres eram a maioria na condição de relatar experiências pessoais, assim, os homens prevalecem no papel de destaque nas matérias.

O machismo estrutural impõe às mulheres a necessidade de se provar constantemente, resultando em silenciamento e abuso. Observa-se ainda o desequilíbrio de interlocução entre gestores do sexo masculino e feminino, com a diminuição do valor atribuído às opiniões das mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da sociedade machista e patriarcal, as mulheres jornalistas dos IFs, segundo relatam e como expusemos nas categorias nas quais classificamos suas respostas, estão em posição de enfrentamento e de desconstrução da realidade de desigualdade de gênero. Embora ainda existam pessoas que acreditam não haver diferenças devido à condição de gênero, apresentamos uma maioria de opiniões que conseguem vislumbrar esse cenário, onde as mulheres sofrem maior cobrança em relação às mesmas atividades; são vítimas mais frequentes de assédio; possuem maior dificuldade de ascensão aos cargos de gestão e quando alcançam não são respeitadas e ainda lidam com desigualdade salarial. A cultura organizacional masculina contribui para a exclusão das mulheres em oportunidades de liderança.

Concluimos identificando na narrativa das mulheres jornalistas dos IFs, inicialmente, dois fenômenos: o fenômeno da *eufeminização* (suavizar a nomeação da violência simbólica) e o fenômeno da *censura* (dificuldade de expressar a existência da violência simbólica). Vemos esses dois fenômenos nos depoimentos das respondentes jornalistas mulheres dos IFs de forma muito acentuada, pois os respondentes jornalistas homens deram respostas mais contundentes quanto à percepção da violência contra as mulheres jornalistas do que as próprias respondentes mulheres jornalistas. Esses dois mecanismos que identificamos podem ser melhor compreendidos se trouxermos a colaboração de Bourdieu (1976) quando o autor afirma que é comum que a violência simbólica manifeste-se como censurada e eupeminizada. No caso do nosso estudo, eupeminizada e censurada pelas próprias respondentes jornalistas mulheres.

Ainda na nossa pesquisa, trazemos como resultado a percepção das jornalistas respondentes em vivenciarem situações de *assédio moral*, definido por Freitas, Heloani e Barreto (2008) como “conduta abusiva, intencional, frequente e repetida, que ocorre no ambiente de trabalho e que visa diminuir, humilhar, vexar, constranger, desqualificar e demolir psicologicamente um indivíduo ou um grupo” (p. 37) causando-lhe degradação das condições de trabalho, podendo atingir a dignidade e integridade.

Também identificamos nas respostas das jornalistas dos IFs, via questionário eletrônico, três outros fenômenos bastante conhecidos nos estudos sobre relações interpessoais de gênero, e que são também formas usualmente não definidas como assédio moral – mas que possuem o impacto do assédio moral, e nas quais a mulher sofre a sobreposição ou interposição da fala masculina: *mansplaining* – quando um homem interrompe uma mulher para explicar algo que a mulher já sabe e supondo tanto que ela não sabe quanto que ela é incapaz de entender por si própria – termo cuja criação é de autoria de Rebecca Solnit em artigo para o *Los Angeles Time* (Solnit, 2013); *manterrupting* – quando um homem interrompe uma mulher continuamente sem permitir que ela conclua sua exposição – termo cuja criação é de Sandberg e Grant, em artigo para o *The New York Times* (Sandberg & Grant, 2015) e *gaslighting* – termo inspirado no filme *Gaslight* (1940) e que ocorre quando se faz manipulação psicológica

para que uma pessoa sintam-se incapaz psicologicamente, o que, segundo Sweet (2019) essa manipulação psicológica alcança mais rapidamente grupos sociais que vivem em situações de desigualdade, a exemplo das mulheres.

Por fim, identificamos outro fenômeno bastante historicizado nas carreiras das mulheres profissionais e que também se manifestou na percepção das e dos jornalistas respondentes, homens e mulheres, quanto à carreira das jornalistas mulheres nos Institutos Federais no Brasil: a metáfora do teto de vidro – *glass ceiling* – conceito em forma de metáfora e inspirado na arquitetura [a barreira é aparentemente invisível, por isso é de vidro, mas é muito real, por isso é efetivamente um teto] (Berheide, 2013) e, que, ademais, manifesta-se em múltiplas carreiras profissionais de mulheres mundialmente (Cotter et al. 2001).

Essa metáfora representa a exclusão de mulheres das posições de liderança nas corporações assim como na economia, política e na cultura (Berheide, 2013). Tais barreiras verticais (*glass ceiling*/teto de vidro) e outras barreiras horizontais (as quais delimitam o tipo de profissões assim como reduzem os postos diversificados dentro de uma mesma profissão) têm sido identificadas também em estudos que realizamos de comparação internacional (Moura et al., 2018) acerca das barreiras verticais e horizontais nas carreiras de mulheres jornalistas.

Em síntese, os resultados da nossa pesquisa apontam que as mulheres jornalistas dos IFs brasileiros convivem com situações de assédio moral o qual se manifesta, por exemplo, nas atitudes de *mansplaining*, *manterrupting* e *gaslighting* no ambiente de trabalho por parte de colegas, têm as carreiras negativamente impactadas em termos de visibilidade, status profissional, renda e hierarquia institucional (*glass ceiling*) e, adicionalmente, as jornalistas mulheres respondentes manifestam uma narrativa de eupeminização e censura ao descreverem as situações de violência simbólica pelas quais passam nos IFs.

Submetido: 14/07/2023

Aceito em: 01/04/2024

NOTES

^{1.} As respostas de jornalistas homens e mulheres utilizadas no texto foram extraídas de questionário online aplicado pela autora principal. Todas as respostas estão disponíveis na base de dados original da pesquisa.

^{2.} EBT - carreira docente do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, modalidade presente nos Institutos Federais. TAE: carreira técnico administrativa.

^{3.} Rebecca Solnit (2013) propõe o termo ‘androplicar’ como uma possível tradução de ‘mansplaining’ para a língua espanhola; Sobre *mansplaining*, ver também o artigo “A Cultural History of Mansplaining. The word is relatively new, but the idea has been around for

decades”, de Lily Rothman (2012), para o *The Atlantic*.

^{4.} Ver *Me too é ponto de inflexão na luta por direitos das mulheres* (2018, 06 de março).

^{5.} Ver *#DeixaElaTrabalhar: jornalistas lançam manifesto em defesa do trabalho das mulheres no esporte* (2018, 25 de março).

^{6.} Ver *Jornalistas contra o assédio* (2016, 1 de julho).

REFERÊNCIAS

- Adghirni, Z., & Pereira, F. (2011). O jornalismo em tempo de mudanças estruturais. *Intexto*, (24), 38-57. Recuperado de <https://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/19208>
- Agnez, L. F. (2014). *Identidade profissional no jornalismo brasileiro: a carreira dos correspondentes internacionais*. [Tese de doutorado, Universidade de Brasília]. Repositório Institucional da UnB. Recuperado de <http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/17031>
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Barretos, D. C., & Maia, M. (2020). Confinadas com seus próprios agressores: narrativas jornalísticas de violências contra as mulheres no contexto da pandemia. In M. Maia, & M. Y. Passos (Orgs.), *Narrativas midiáticas contemporâneas: epistemologias dissidentes* (pp. 81-97). Catarse.
- Berheide, C. (2013). The Stick floor. In V. Smith (Ed), *The Sociology of Work. An Encyclopedia* (pp. 825-827). Sage Editors.
- Bourdieu, P. (1976). Les modes de domination. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 2(2-30), 122-132.
- Bucher, R., & Strauss, A. (1961). Professions in Process. *American Journal of Sociology*, 66(4), 325-334. <https://doi.org/10.1086/222898>
- Charron, J., & De Bonville, J. (2016). *Natureza e transformação do jornalismo*. Insular / FAC Livros.
- Cotter, D. A., Hermsen, J. M., Ovadia, S., & Vanneman, R. (2001). The Glass Ceiling Effect. *Social Forces*, 80(2), 655-682. <https://doi.org/10.1353/sof.2001.0091>
- #DeixaElaTrabalhar: *jornalistas lançam manifesto em defesa do trabalho das mulheres no esporte* (2018, 25 de março). Globo Esporte.com. Recuperado em 25 de março de 2024, de <https://ge.globo.com/sp/futebol/noticia/deixaelatrabalhar-jornalistas-lancam-manifesto-em-defesa-do-trabalho-das-mulheres-no-esporte.ghtml>
- Di Paolo, M. (2018). The Feminist Revolutions of Words. Translating the Feminist Discourse Through. *Anglistica – an interdisciplinary journal*, 22(2), 103-113.
- Ferreira, D. A. (2021). *O jornal que subiu as escadas* [recurso eletrônico]. EdUFMT Digital.
- Figaro, R., & Silva, A. F. M. da. (2020). A comunicação como trabalho no capitalismo de plataforma: o caso das mudanças no jornalismo. *Contracampo*, 39(1), 101-115. <https://doi.org/10.22409/contracampo.v39i1.38566>
- Freidson, E. (1996). Para uma análise comparada das profissões. A institucionalização do discurso e do conhecimento formais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 11(31), 141-155.
- Freitas, M. E., Heloani, R., & Barreto, M. (2008). *Assédio Moral no Trabalho*. (Coleção Debates em Administração). Cengage Learning.
- Gomes, W. (2009). *Jornalismo, fatos e interesses. Ensaio de teoria do jornalismo*. Insular.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2020). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: características gerais dos domicílios e dos moradores 2019*. Recuperado de https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101707_informativo.pdf
- Jornalistas contra o assédio* (2016, 1 de julho). Federação Nacional dos Jornalistas – FENAJ. Recuperado em 15 de março de 2024, de <https://fenaj.org.br/jornalistas-contrao-assedio/>
- Kirchmeyer, C. (2002). Gender Differences in Managerial Careers: Yesterday, Today, and Tomorrow. *Journal of Business Ethics*, 37, 5-24. <https://doi.org/10.1023/A:1014721900246>
- Koshiyama, A. M., & Reimberg, C. O. (2018). Sentido do trabalho, sofrimento e prazer para as trabalhadoras jornalistas. In L. Aguiar, M. P. da Silva, & M. Martinez. (Orgs.), *Desigualdades, Relações de Gênero e Estudos de Jornalismo* (pp. 19-34). Life Editora.
- Lima, S. P., Nicoletti, J., & Mick, J. (Coords.). (2022). *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho*. Quorum Comunicações. Recuperado de <https://perfildojornalista.paginas.ufsc.br/files/2022/06/RelatorioPesquisaPerfilJornalistas2022x2.pdf>
- Machado, M. H. (1995). Sociologia das profissões: uma contribuição ao debate teórico. In M. H. Machado (Org.), *Profissões de saúde: uma abordagem sociológica [online]* (pp. 13-33). Editora Fiocruz.
- Meneses, G. S. (2019). *O jornalista nas universidades federais brasileiras: identidade, ideologias e negociações*. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília]. Repositório Institucional da UnB. Recuperado de <http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/38094>
- Mick, J., & Lima, S. (Coords.). (2013). *Perfil do Jornalista Brasileiro - características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012*. Insular.
- Me too é ponto de inflexão na luta por direitos das mulheres* (2018, 6 de março). Organização das Nações Unidas - Brasil. Recuperado em 30 de março de 2024, de <https://brasil.un.org/pt-br/79331-metoo-%C3%A9-ponto-de-inflex%C3%A3o-na-luta-por-direitos-das-mulheres-dizem-relatorias-da-onu>
- MOURA, D. O. (2019). Excluídas dentre as excluídas: as jornalistas negras perante o “teto de vidro gênero/raça/classe” no processo de feminização do jornalismo no Brasil. In K. M. Belisário, D. O. Moura, & L. S. Guazina, *Gênero em Pauta: Desconstruindo violências, construindo novos caminhos* (pp. 139-151). Appris.
- Moura, D. O., & Costa, H. M. R. (2018). Mulheres jornalistas e o ‘teto de vidro raça/gênero/classe’ a tensionar a carreira das jornalistas negras brasileiras. In L. Aguiar, M. P. Silva, & M. Martinez. (Orgs.), *Desigualdades, Relações de Gênero e Estudos de Jornalismo* (pp. 193-207). Life Editora.
- Moura, D. O., Pereira, F. H., & Adghirni, Z. L. (Orgs.) (2015). *Mudanças e permanências do jornalismo*. (Série Jornalismo e Sociedade, volume 1). Insular.
- Moura, D. O., Rocha, P. M., Damian-Galliard, B., & Le Cam, F. (2018, november 12-13). *Gender Intersectionality and horizontal and vertical concentration of women journalists in Brazil, France and Belgic Francophone’s journalism. An introduction to the question*. [Paper presentation]. 1rst Brazil-France Francophone Belgium Journalism Research

Conference, Campinas, Brazil. Retrieved from <https://proceedings.science/bffbjrc-2018/trabalhos/gender-intersectionality-and-horizontal-and-vertical-concentration-of-women-jour?lang=en>

Organização Internacional do Trabalho. (2018, maio/junho). *Iniciativa mulheres no trabalho. Um impulso para a igualdade*. [Relatório do Diretor Geral]. 107ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho, Genebra, Suíça. Recuperado de <https://www.ilo.org/pt-pt/media/214821/download>

Passos, L., & Guedes, D. R. (2021). Participação feminina no mercado de trabalho e a crise de cuidados da modernidade. *Conexões Diversas. Planejamento e Políticas Públicas*, (50), 67-94. Recuperado de www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/847

Peixoto, C. do N. (2019). *Hegemonia, Jornalismo e Conhecimento: possíveis leituras sobre práxis contra-hegemônica*. [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório Institucional da UFSC. Recuperado de <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/214492>

Pereira, F. H. (2018). As notícias como prática colaborativa e convencional: a abordagem beckeriana aplicada aos estudos do jornalismo. *Revista Observatório*, 4(4), 389-419. <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2018v4n4p389>

Pontes, F., & Mick, J. (2023). Crise de mercado de trabalho: trajetórias profissionais de jornalistas no Brasil (2012-2017). *Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación*, (154), 27-30.

Portal do servidor [Governo Brasileiro] (2021). *Painel Estatístico de Pessoal – PEP*. Recuperado em 30 de março de 2024, de <https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/painel-estatistico-de-pessoal>

Rocha, P. M. (2004). *As mulheres jornalistas no Estado de São Paulo: o processo de profissionalização e feminização da carreira*. [Tese de Doutorado, Universidade Federal de São Carlos]. Repositório Institucional UFSCar. Recuperado de <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/1412>

Rosso, A. L. D. (2017). *O capital simbólico do campo jornalístico: disputas e códigos compartilhados entre jornalistas de mídia e assessores da ALESC*. [Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório Institucional da UFSC. Recuperado de <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/176744>

Rothman, L. (2012, november 1). *A Cultural History of Mansplaining. The word is relatively new, but the idea has been around for decades*. The Atlantic. Retrieved from <https://www.theatlantic.com/sexes/archive/2012/11/a-cultural-history-of-mansplaining/264380>

Ruellan, D. (2004, 22 a 25 de julho). *A roupa justa do jornalista: o estatuto profissional à prova da jurisprudência*. [Apresentação de trabalho]. 13º Encontro Anual da Associação Nacional de Programas de Pós Graduação em Comunicação – Compós, São Bernardo do Campo, Brasil. Recuperado de https://proceedings.science/proceedings/100209/papers/135568/download/abstract_file1?lang=pt-br

Ruellan, D. (2017). Um ser profissional ou como percebê-lo. *Brazilian Journalism Research*. 13(1), 6-19. Recuperado de <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/download/978/880>

Ryan, M. K., & Haslam, S. A. (2005). The Glass Cliff: Evidence that Women are Over-Represented in Precarious Leadership Positions. *British Journal of Management*, 16(2) 81-90. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8551.2005.00433.x>

Sandberg, S., & Grant, A. (2015, january 12). *Speaking while female*. The New York Times. Retrieved from <https://www.nytimes.com/2015/01/11/opinion/sunday/speaking-while-female.html>

Saffioti, H. (2013). *A mulher na sociedade de classes: Mito e realidade*. Expressão Popular.

Sweet, P. L. (2019). The Sociology of Gaslighting. *American Social Review. Journal of the American Sociological Association*. 84(5), 851-875. <https://doi.org/10.1177/000312241987484>

Solnit, R. (2013, april 13). *Men who explain things*. Los Angeles Times. Retrieved from <https://www.latimes.com/archives/la-xpm-2008-apr-13-op-solnit13-story.html>

Woitowicz, K. J., & Rocha, P. M. (2018). Repensar os parâmetros hegemônicos no jornalismo: a perspectiva de gênero na produção jornalística e na formação profissional. In L. Aguiar, M. P. Silva, & M. Martinez (Orgs.), *Desigualdades, Relações de Gênero e Estudos de Jornalismo* (pp. 53-68). Life Editora.

World Economic Forum. (2023). *Global Gender Gap Report. Insight Report – June 2023* Retrieved from https://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2023.pdf

Percepção de jornalistas homens e mulheres que atuam nos Institutos Federais brasileiros: desafios e dificuldades do ser mulher jornalista

La perception des journalistes hommes et femmes travaillant dans les instituts fédéraux brésiliens : défis et difficultés liés au fait d'être une femme

The Perception of Male and Female Journalists Working in Brazilian Federal Institutes: challenges and Difficulties of Being a Woman

La percepción de los periodistas hombres y mujeres que trabajan en institutos federales brasileños: desafíos y dificultades de ser mujer

Pt. Este texto aborda os desafios e dificuldades enfrentados pelas mulheres, que atuam como jornalistas nos Institutos Federais (IFs), e busca analisar a percepção tanto de jornalistas homens quanto de mulheres destas instituições, sobre essas questões. O estudo, que integra uma pesquisa de doutoramento, foi realizado através da aplicação de um *survey* online produzido na plataforma *Google Docs* e respondido por 173 jornalistas que atuam nos setores de comunicação dos IFs do país. Para este texto, recortamos uma parte do questionário, que diz respeito aos desafios enfrentados pelas mulheres na sociedade, especialmente no jornalismo e, por meio da Análise de Conteúdo (Bardin, 1977), elencamos cinco categorias de análise. Em síntese, os resultados da nossa pesquisa apontam que as mulheres jornalistas dos IFs brasileiros convivem com situações de assédio moral o qual manifesta-se, por exemplo, nas atitudes de *mansplaining*, *maninterrupting* no ambiente de trabalho, tem as carreiras negativamente impactadas em termos de visibilidade, status profissional, renda e hierarquia institucional (*glass ceiling*) e, adicionalmente, as jornalistas mulheres respondentes, manifestam uma narrativa de eufeminização e censura ao descreverem as situações de violência simbólica pelas quais passam nos IFs.

Palavras-chave: jornalistas; mulheres jornalistas; Institutos Federais; *mansplaining*, *maninterrupting*, *glass ceiling*, *gaslighting*, violência simbólica

Fr. Ce texte aborde les défis et difficultés rencontrés par les femmes qui travaillent comme journalistes dans les instituts fédéraux d'éducation, science et technologie (IF) brésiliens, en analysant la perception de ces enjeux par les femmes et les hommes journalistes de ces institutions. Notre étude, menée dans le cadre d'une recherche de doctorat, s'appuie sur une enquête en ligne réalisée sur la plateforme *Google Docs*, à laquelle ont répondu 173 journalistes exerçant dans les départements de communication des IF. Pour le présent article, nous avons sélectionné une partie de ce questionnaire, relative aux défis rencontrés par les femmes au sein de la société et en particulier dans le journalisme. Une analyse de contenu (Bardin, 1977) nous a permis d'identifier cinq catégories d'analyse. Les résultats de notre recherche montrent que les femmes journalistes des IF brésiliens sont confrontées à des situations de harcèlement moral, se manifestant notamment par des attitudes de *mansplaining* et de *maninterrupting* sur le lieu de travail. Elles voient aussi leur carrière pénalisée en termes de visibilité, de statut professionnel, de revenus et de hiérarchie institutionnelle (plafond de verre). En outre, les femmes journalistes qui ont répondu au questionnaire ont formulé un récit marqué par l'euphémisation et la censure pour décrire les situations de violence symbolique vécues au sein des IF. La métaphore du plafond de verre illustre l'exclusion des femmes des postes à responsabilité, aussi bien en entreprises que dans l'économie, la politique et la culture (Berheide, 2013). De telles barrières verticales (plafond de verre) mais aussi horizontales (limitant les types de métiers et réduisant la diversité des postes au sein d'une même profession) ont également été identifiées dans les études comparatives internationales que nous avons menées (Moura et al., 2018) sur les entraves aux carrières des femmes journalistes.

Mots-clés : journalistes, femmes, *mansplaining*, *maninterrupting*, plafond de verre

En. This article examines the challenges and difficulties women working as journalists face in Brazil's Federal Institutes of Education, Science and Technology (IFs) by analyzing the perceptions women and men journalists have of these issues in these institutions. Our study, conducted as part of a doctorate research, is based on the responses of 173 journalists working in IFs' Communication Departments to an online survey carried out with Google Docs. For the purposes of this article, portions of this questionnaire focusing on the challenges faced by women in society and in journalism in particular were selected. A content analysis (Bardin, 1977) enabled us to identify five categories of analysis. The results of our research show that women journalists in Brazilian IFs are confronted with situations of moral harassment, embodied by mansplaining and maninterrupting behaviors in the workplace. Their careers are also hindered in terms of visibility, professional status, income and institutional hierarchy (glass ceiling). What's more, the women journalists who responded to the questionnaire expressed a narrative shaped by euphemism and censorship to describe the situations of symbolic violence experienced within the IFs. The glass ceiling metaphor illustrates the exclusion of women from positions of responsibility in business, politics and culture (Berheide, 2013). Such vertical barriers (glass ceiling) as well as horizontal ones (limiting the types of professions and reducing the diversity of positions within the same profession) have also been identified in the international comparative studies we have carried out (Moura et al., 2018) on barriers to the careers of women journalists.

Key words: journalists, women, mansplaining, maninterrupting, glass ceiling.

Es. El texto aborda los retos y dificultades que enfrentan las mujeres que trabajan como periodistas en los Institutos Federales (IF), y se propone analizar la percepción que tienen sobre estas cuestiones tanto los periodistas hombres como las periodistas mujeres de estas instituciones. El estudio, que forma parte de una investigación doctoral, se realizó mediante la aplicación de una encuesta en línea elaborada en la plataforma Google Docs y respondida por 173 periodistas que trabajan en los sectores de comunicación de los IF de Brasil. Para este texto, nos enfocamos en la parte del cuestionario que se refiere a los retos que enfrentan las mujeres en la sociedad, especialmente en el periodismo y, utilizando el análisis de contenido (Bardin, 1977), enumeramos cinco categorías de análisis. En resumen, los resultados de nuestra investigación muestran que las mujeres periodistas en los IF brasileños conviven con situaciones de acoso moral que se manifiesta, por ejemplo, en actitudes de mansplaining y maninterrupting en el lugar de trabajo; ven sus carreras impactadas negativamente en términos de visibilidad, estatus profesional, ingresos y jerarquía institucional (glass ceiling o techo de cristal); y además las mujeres periodistas que respondieron a la encuesta manifestaron una narrativa de eufeminización y censura al describir las situaciones de violencia simbólica que experimentan en las IF. La metáfora del techo de cristal representa la exclusión de las mujeres de los puestos de liderazgo en las empresas, así como en la economía, la política y la cultura (Berheide, 2013). Dichas barreras verticales (techo de cristal) y otras horizontales (que delimitan los tipos de profesiones y reducen los puestos diversificados dentro de una misma profesión) también han sido identificadas en nuestros estudios de comparación internacional (Moura et al., 2018) sobre las barreras verticales y horizontales en las carreras de las mujeres periodistas.

Palabras clave : periodistas; mujeres; *mansplaining*, *maninterrupting*, *glass ceiling*